



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRO GONÇALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Rua: Landri Sales, 340 – Centro
CEP: 64.865 – 000 = FONE/FAX: (0xx89) 3567 – 1378
CNPJ: 06.728.240/0001-93
e-mail: prefeiturairibeiro@uol.com.br

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Gonçalves, Estado do Piauí, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para surtir seus efeitos legais.

RIBEIRO GONÇALVES (PI), 30 de março de 2021.

CONTRATANTE
LINDENBERG VIEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CONTRATADA
SMM CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 21.331.846/0001-84
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ASSESSORIA DO MUNICÍPIO:

Assessor Jurídico - Dr:

Id:030E5860E6D120C3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES

DECRETO Nº 14 DE 04 DE MAIO DE 2021.

Estabelece o Plano de Adequação do Município de SANTA CRUZ DOS MILAGRES, para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do parágrafo único, do art. 18º, do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

O Prefeito do Município de SANTA CRUZ DOS MILAGRES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a determinação contida no art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido para o Município de SANTA CRUZ DOS MILAGRES o Plano de Adequação, constante do anexo único, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

Art. 2º. O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

§ 1º. É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

§ 2º. Fica de responsabilidade exclusiva do órgão/autarquia/entidade/consórcio/outras, a manutenção no que tange a integração e consolidação dos dados do SIAFIC do município de SANTA CRUZ DOS MILAGRES, caso não utilize o mesmo sistema já implementado pelo município.

§ 3º. O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a

evidenciação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dos Órgãos de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º. Os Procedimentos e desenvolvimento das ações necessárias para a implementação do Plano de Ação no prazo serão de responsabilidade conjunta dos seguintes Órgãos do Executivo e Legislativo:

- Secretaria Municipal da Fazenda;
- Diretoria de Contabilidade; e,
- Secretaria de Administração.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

At. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DOS MILAGRES – PI, 04 de Maio de 2021.

Wilney Rodrigues de Moura
WILNEY RODRIGUES DE MOURA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 14 DE 04 DE MAIO DE 2021.

PLANO DE ADEQUAÇÃO

Adequação ao padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, em conformidade com o Decreto Federal nº 10.540/2020

| ITEM | AÇÕES | DATA INÍCIO (MÊS/ANO) | DATA CONCLUSÃO (MÊS/ANO) |
|------|---|-----------------------|--------------------------|
| 1. | Das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do ente federativo; | 05/2021 | 12/2021 |
| 2. | Dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades; | 05/2021 | 12/2021 |
| 3. | Perante a Fazenda Pública, da situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados; | 05/2021 | 12/2021 |
| 4. | Da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis; | 05/2021 | 12/2022 |
| 5. | Das informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública; | 01/2022 | 12/2022 |
| 6. | Da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres; | 05/2021 | 12/2021 |
| 7. | Das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos; | 05/2021 | 12/2022 |
| 8. | Do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000; | 05/2021 | 12/2021 |
| 9. | Das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, necessariamente gerados com base nas informações referidas no inciso IX do caput do art. 2º; | 05/2021 | 12/2021 |
| 10. | Das operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas; | 05/2021 | 12/2022 |

(Continua na próxima página)


PREFEITURA MUNICIPAL DE
Santa Cruz dos Milagres
Unidos pelo progresso.

| | | | |
|-----|--|---------|---------|
| 11. | Da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica | 05/2021 | 12/2022 |
| 12. | O Sifac permitirá a geração e a disponibilização de informações e de dados contábeis, orçamentários e fiscais, observados a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive quanto ao controle de informações complementares | 05/2021 | 12/2022 |
| 13. | Na hipótese de substituição do Sifac ou de implementação de nova versão, decorrente de novo desenvolvimento, de nova contratação ou de revisão da contratação com o mesmo fornecedor, o ente federativo assegurará migração integral e tempestiva dos dados e das informações existentes no sistema anterior, a não interrupção da geração e informações contábeis, orçamentárias, financeiras e fiscais e o treinamento dos usuários, de forma que as informações de transparência sejam mantidas integralmente, sem prejuízo dos períodos anteriores, órgão/autarquia/entidade/consórcio/outras que aderirem a integração com a do SIAFIC do município, deverão se responsabilizar pelos itens supracitados. | 05/2021 | 12/2022 |
| 14. | É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados. Fica de responsabilidade exclusiva do órgão/autarquia/entidade/consórcio/outras, a manutenção no que tange a integração e consolidação dos dados do SIAFIC do município de SANTA CRUZ DOS MILAGRES, caso não utilize o mesmo sistema já implementado pelo município. | 01/2022 | 12/2022 |
| 15. | Os procedimentos contábeis do Sifac observarão as normas gerais de consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, relativas à contabilidade aplicada ao setor público e à elaboração dos relatórios e demonstrativos fiscais. | 01/2022 | 12/2022 |
| 16. | O Sifac processará e centralizará o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável. | 05/2021 | 12/2022 |
| 17. | Conforme o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas; | 05/2021 | 12/2022 |
| 18. | Em idioma e moeda corrente nacionais, exceto na hipótese de unidade gestora ou executora que utilize moeda funcional diferente da moeda nacional, cujo registro se dará na respectiva moeda funcional. | 01/2022 | 12/2022 |
| 19. | Os registros contábeis serão efetuados de forma analítica e refletirão a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade. | 05/2021 | 12/2021 |
| 20. | O registro contábil conterá, no mínimo, os seguintes elementos: I - a data da ocorrência da transação; II - a conta debitada; III - a conta creditada; IV IV - o histórico da transação, com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; V - o valor da transação; e, VI - o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil | 05/2021 | 12/2021 |
| 21. | O registro dos bens, dos direitos e das obrigações deverá possibilitar a indicação dos elementos necessários à sua perfeita caracterização e identificação. | 05/2021 | 12/2022 |
| 22. | O Sifac contemplará procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados | 05/2021 | 12/2022 |
| 23. | O Sifac permitirá a acumulação dos registros por centros de custos. | 04/2022 | 12/2022 |
| 24. | O controle periódico de saldos das contas contábeis sem individualização do registro para cada fato contábil ocorrido, em que os registros são gerados apenas na exportação de movimentos para fins de prestação de contas; | 01/2022 | 12/2022 |
| 25. | A geração de registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido, ressalvado o disposto no art. 6º; | 06/2021 | 12/2022 |
| 26. | A alteração dos códigos-fonte ou das bases de dados do Sifac que possam modificar a essência do fenômeno representado pela contabilidade ou das demonstrações contábeis; | 05/2021 | 12/2022 |
| 27. | A utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, que ajustem ou não as respectivas numerações sequenciais e outros registros de sistema. | 05/2021 | 12/2022 |
| 28. | O Sifac conterá rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, assegurada a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico dos atos. | 04/2022 | 12/2022 |
| 29. | I - o vigésimo dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior; II - trinta de janeiro, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar; III - órgão/autarquia/entidade/consórcio/outras que aderirem a integração com a do SIAFIC do município, deverão cumprir o mesmo prazo estabelecido fixados nesse item; IV - último dia do mês de fevereiro, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. | 05/2021 | 12/2021 |

| | | | |
|-----|--|---------|---------|
| | 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000. | | |
| 30. | O Sifac deverá impedir registros contábeis após o balancete encerrado nas datas previstas no caput. | 05/2021 | 12/2022 |
| 31. | O Sifac assegurará à sociedade o acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 2000, disponibilizadas no âmbito de cada ente federativo | 05/2021 | 12/2022 |
| 32. | As informações de que trata o caput deverão ser disponibilizadas em tempo real e ser pormenorizadas, observada a abertura mínima estabelecida neste Decreto. | 05/2021 | 12/2022 |
| 33. | Aplicar soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações por meio de dados abertos; | 05/2021 | 12/2022 |
| 34. | Observar, preferencialmente, o conjunto de recomendações para acessibilidade dos sites eletrônicos do Governo federal, de forma padronizada e de fácil implementação, conforme o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) | 05/2021 | 12/2022 |
| 35. | Observar os requisitos de tratamento dos dados pessoais estabelecidos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. | 05/2021 | 12/2022 |
| 36. | Os dados referentes ao empenho, à liquidação e ao pagamento; | 05/2021 | 12/2022 |
| 37. | O número do correspondente processo que instruir a execução orçamentária da despesa, quando for o caso; | 05/2021 | 12/2022 |
| 38. | A classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto, conforme as normas gerais de consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000; | 05/2021 | 12/2022 |
| 39. | Os dados e as informações referentes aos desembolsos independentes da execução orçamentária; | 05/2021 | 12/2022 |
| 40. | A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto na hipótese de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários; | 05/2021 | 12/2022 |
| 41. | A relação dos convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e identificação por CPF ou CNPJ do conveniente, o objeto e o valor; | 05/2021 | 12/2022 |
| 42. | O procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo; | 05/2021 | 12/2022 |

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Santa Cruz dos Milagres
Unidos pelo progresso.

| | | | |
|-----|--|---------|---------|
| 43. | A descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso; | 05/2021 | 12/2022 |
| 44. | À previsão na lei orçamentária anual; | 05/2021 | 12/2022 |
| 45. | Ao lançamento, observado o disposto no art. 142 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 52 e no art. 53 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, resguardado o sigilo fiscal na forma da legislação, quando for o caso; | 05/2021 | 12/2022 |
| 46. | À arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários; | 05/2021 | 12/2022 |
| 47. | Ao recolhimento da Receitas; | 05/2021 | 12/2022 |
| 48. | À classificação orçamentária, com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos, observadas as normas gerais de consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000. | 05/2021 | 12/2022 |
| 49. | Permitir o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000; | 05/2021 | 12/2022 |
| 50. | Ter mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada; | 05/2021 | 12/2022 |
| 51. | Conter, no documento contábil que gerou o registro, a identificação do sistema e do seu desenvolvedor. | 05/2021 | 12/2022 |
| 52. | O Sifac atenderá, preferencialmente, à arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING, que define o conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da | 05/2021 | 12/2022 |

| | | | |
|-----|--|---------|---------|
| | tecnologia de informação e comunicação no Governo federal, e estabelece as condições de interação entre os Poderes e esferas de Governo e com a sociedade em geral. | | |
| 53. | O Sifac deverá ter mecanismos de controle de acesso de usuários baseados, no mínimo, na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta, e não será permitido que uma unidade gestora ou executora tenha acesso aos dados de outra, com exceção de determinados níveis de acesso específicos definidos nas políticas de acesso dos usuários. | 05/2021 | 12/2022 |
| 54. | O acesso ao Sifac para registro e consulta dos documentos apenas será permitido após o cadastramento e a habilitação de cada usuário, por meio do número de inscrição no CPF ou por certificado digital, com a geração de código de identificação próprio e intransferível, vedada a criação de usuários genéricos sem a identificação por CPF. | 01/2022 | 12/2022 |
| 55. | O Sifac adotará um dos seguintes mecanismos de autenticação de usuários: - código CPF e senha; ou - certificado digital com código CPF. | 01/2022 | 12/2022 |
| 56. | Na hipótese de utilização do mecanismo de que trata inciso I do § 3º, o Sifac deverá manter controle das senhas e da concessão e da revogação de acesso. | 05/2021 | 12/2022 |
| 57. | O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no Sifac e conterá, no mínimo: I - o código CPF do usuário; II - a operação realizada; e III - a data e a hora da operação. | 05/2021 | 12/2022 |
| 58. | Para fins de controle, a consulta aos registros das operações a que se refere o caput estará disponível com acesso restrito a usuários autorizados. | 05/2021 | 12/2022 |
| 59. | Na hipótese de ser disponibilizada a realização de operações de inclusão, de exclusão ou de alteração de dados no Sifac por meio da internet, deverá ser garantida autenticidade através de conexão segura. | 05/2021 | 12/2022 |
| 60. | A base de dados do Sifac deverá ter mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado. | 05/2021 | 12/2022 |
| 61. | O acesso direto à base de dados será restrito aos administradores responsáveis pela manutenção do Sifac, identificados pelos respectivos números de inscrição no CPF no próprio sistema ou em cadastro eletrônico mantido em boa guarda e conservação e será condicionado à assinatura de termo de responsabilidade armazenado eletronicamente. | 05/2021 | 12/2022 |
| 62. | Na hipótese de acesso de que trata o § 1º, fica vedada a manipulação da base de dados e o Sifac registrará cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados (logs). | 05/2021 | 12/2022 |

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO

| PLANO DE AÇÃO - DECRETO 10.540/2020 | 2021 | | | | | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|------|-----|-----|-----|-----|------|------|------|
| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | | | |
| 1. Ciência do Decreto 10.540/2020 | | | | | | | | |
| 2. Mapeamento do Decreto 10.540/2020 | | | | | | | | |
| 3. Definir as Áreas Envolvidas | | | | | | | | |
| 4. Estabelecer as Ações Necessárias para Implementação | | | | | | | | |
| 5. Estabelecer os Prazos | | | | | | | | |
| 5. Decreto Estabelecendo o Plano de Ação | | | | | | | | |
| 6. Encaminhamento do Decreto para os Controles Interno e Externo | | | | | | | | |
| 8. Divulgação em meio Eletrônico de amplo acesso Público | | | | | | | | |
| 9. Implementação de Ações | | | | | | | | |
| 9. Execução do SIAFIC | | | | | | | | |